Sobre a eleição para a Presidência da Câmara | Luizianne Lins, Margarida Salomão, Afonso Florence, Bohn Gass e Zé Neto

05/02/2019

Bloco de oposição formado PT, PSOL, PSB e Rede | Foto: Lula Marques

A presente legislatura inaugurou-se com um enorme desafio para os partidos da esquerda. Minoritários na sua expressão parlamentar (PT, PSOL, PCdoB/ PPL, PSB, PDT e Rede somam juntos 137 deputadas e deputados num total de 513), recomendava a sabedoria política que desde logo estes partidos se articulassem como um bloco, ao qual poderiam eventualmente se agregar apoios mais ao centro.

Esta estratégia asseguraria nitidez política junto à sociedade (condição imprescindível num enfrentamento antifascista) e, ao mesmo tempo, melhoraria nossas possibilidades de ocupar espaços importantes na Câmara (Mesa, Comissões, designações de relatoria…). Acresce ainda que, na etapa inicial desse processo , as várias vertentes da direita se engalfinhavam na disputa pelas graças governamentais.

Era hora, pois, de construir uma unidade à esquerda, com irradiações para o centro, de modo a fortalecer a luta contra o governo Bolsonaro e defender tanto as prerrogativas do Poder Legislativo como as conquistas sociais e políticas dos últimos anos, inclusive aquelas consignadas na Constituição Cidadã.
Desde o início essa disposição ficou dificultada pelo tática de três dos partidos de oposição (PCdoB, PDT e PSB) de se articularem como bloco, sem comporem com o PT nem com o PSOL, e, através deste agrupamento, apoiarem a candidatura de Rodrigo Maia para a Presidência da Câmara. Essa política foi posta em cheque quando o PSL, partido de Bolsonaro, decidiu formalmente apoiar Maia, fato que provocou a imediata defecção do PSB (em relação a candidatura presidencial).

O Partido dos Trabalhadores e sua Bancada Federal buscou nessa articulação garantir os seguintes objetivos:
1. expressar um programa oposicionista de defesa da democracia, de garantia das riquezas nacionais, de proteção aos direitos sociais e aos direitos humanos, com destaque para as políticas da seguridade e da previdência;
2. “evitar o isolamento político proposto pelo PDT e o PCdoB que pretendiam excluir o PT do espaço formal da ‘Oposição’;
3. ocupar os espaços na Câmara, condizentes com nosso tamanho e relevância;
4. manter um diálogo com os demais partidos para o PT poder participar efetivamente do debate sobre a governabilidade da casa”. (O texto aspeado é do Líder da Bancada)

Nesse intento, o PT, em conjunto com o PSOL, e à vista do apoio bolsonarista a Rodrigo Maia, insistiram que PSB, PCdoB e PDT viessem compor um mesmo bloco de Oposição, oferecendo inclusive compensações no plano da dinâmica parlamentar.

Para facilitar o acordo, o PT, maior bancada da Câmara, jamais lançou nome próprio nem à Presidência da Câmara nem à Liderança da Oposição: tudo isso em nome do objetivo originário de compor um bloco robusto e coeso, que pudesse articular no parlamento a dinâmica oposicionista da sociedade, manifesta pelas Frentes, pelas Centrais Sindicais, pelos movimentos populares.

Essas tentativas de entendimentos se prolongaram até o momento das inscrições de candidaturas à Mesa. Ao fim, o PCdoB/PPL e o PDT preferiram compor bloco com diversos partidos de alinhamento não-oposicionista (Solidariedade, Patriotas, Podemos…), constituindo um segundo bloco de apoio à candidatura de Rodrigo Maia à Presidência e totalizando 105 Deputados.

O Bloco de Oposição ficou então composto pelo PT, PSB, PSOL e Rede, somando 98 parlamentares. As tratativas internas à composição deste bloco foram as seguintes:
1. O PSOL solicitava apoio à sua candidatura à Presidência da Câmara (Deputado Marcelo Freixo).
2. O PSB solicitava uma das posições de Suplência na Mesa, que caberiam ao Bloco, a Liderança da Oposição e uma Presidência de Comissão.
3. A Rede solicitava uma vaga na CCJ (Comissão permanente de Constituição, Justiça e Cidadania) para sua única Deputada, a primeira mulher indígena eleita à Câmara dos Deputados.
4. O PT ficaria com a outra Suplência e as demais Presidências de Comissão que coubessem ao Bloco.
Todas essas condições foram asseguradas, sem prejuízo de que o PSB, também na véspera do encerramento das inscrições, tenha assumido o apoio à candidatura, até então avulsa, do Deputado JHC.

Resultou então que o PT participasse de Bloco com o PSB, PSOL e Rede e apoiasse a candidatura de Freixo à Presidência. Assim foi feito, representando este movimento uma grande vitória política, que fortalece a expressão oposicionista no parlamento e na sociedade, ainda mais destacada quando se considera o triunfo da articulação bolsonarista no Senado.

Há duas considerações ainda a fazer sobre esse assunto.

A primeira refere-se às reclamações do PCdoB sobre uma questão de ordem levantada em plenário pelo PSOL e pelo PSB, e que recebeu o apoio do PT. A questão de ordem arguía possível irregularidade no reconhecimento da fusão PCdoB e PPL, efetuada por Rodrigo Maia, antes da manifestação da Justiça Eleitoral sobre esse assunto.

É fato que defendemos programaticamente a autonomia da organização partidária da esquerda e apoiamos inteiramente a disposição de o PCdoB se fundir com o PPL; é fato também que o ato de Rodrigo Maia, notoriamente interessado no êxito dessa transação, levanta suspeitas sobre a oportunidade do ato executivo da Mesa. Entendemos, porém, que o apoio do PT à questão de ordem não pode ser promovido a ponto principal do debate da tática.

A segunda consideração diz respeito ao número de votos obtido pela candidatura Freixo à Presidência: a expectativa seria de que ela obtivesse 66 votos contra os 50 efetivamente lançados. Portanto, registrou-se uma defecção de 16 votos, possivelmente esperados do PT.

Não subestimamos essa dissidência (minoritária) em nossa bancada de 55 parlamentares. Deve-se esclarecer que o apoio a Freixo foi definido por consenso: havia manifestações divergentes seja de apoio a candidaturas regionais, seja a favor da liberação da bancada entre as candidaturas do PSOL e do PSB, ambos partidos componentes de nosso bloco. Prevaleceu o entendimento de que o pleito do PSOL, além de ser mais valioso por sua nitidez política, era um ponto específico do acordo feito, o que não acontecia com a candidatura de JHC, jamais reivindicada pelo PSB. Ao fim, ocorreram defecções da posição majoritária, como tem ocorrido em outras eleições para a Mesa da Câmara, o que é lamentável numa bancada de esquerda, na qual a democracia interna deveria ser condição liminar de funcionamento.

Na conclusão desse relato, queremos destacar três pontos que nos parecem centrais:
1. Os problemas de funcionamento da bancada devem ser superados no diálogo, na luta pela construção de um partido socialista e democrático.
2. A unidade de um bloco parlamentar, construído à esquerda e em condições muito adversas, sinaliza para a sociedade a importância da política de Frente de Esquerda, que articule a diversidade dos apoios sociais à luta oposicionista.
3. É imediatamente necessário reabrir o diálogo com o PCdoB/PPL e com o PDT rumo ao fortalecimento da oposição no parlamento e na sociedade. Questões acessórias não podem prevalecer sobre a unidade histórica da esquerda, requerida na luta contra o fascismo.

Assinam:
Luizianne Lins (PT/CE), Margarida Salomão (PT/MG), Afonso Florence (PT/BA), Elvino Bohn Gass (PT/RS) e Zé Neto (PT/BA) são deputados federais e militantes da DS.

Compartilhe nas redes: